

13º errado

A Celesc parece que vai mesmo teimar e prejudicar quem recebeu a 1ª parcela do 13º em janeiro e fevereiro, quando não existia URV. A forma do desconto vai diminuir razoavelmente a 2ª parte. A assessoria jurídica da Intercel está pronta para reivindicar judicialmente o pagamento da forma justa.

Volta às ruas

A Intercel já está discutindo uma nova campanha publicitária para conscientizar a população e a própria categoria sobre os danos da privatização do setor elétrico. A proposta é envolver várias instituições.

Déficit real

Em novembro o Brasil importou mais do que exportou, acumulando um déficit de US\$ 617,8 milhões. É um reflexo da política cambial que supervaloriza - de maneira artificial - o Real. Se isso continuar o Brasil vai conhecer de perto a desindustrialização e o aumento vertiginoso do desemprego.

Eleição da Elos

O resultado das eleições para o Conselho de Curadores da Elos foi o seguinte: Vituri/Carminali - 1.189 votos; Baltazar/Votto - 704 votos; Aldo Bez - 630 votos; Mauro/Hélio - 605 votos; Hermes/Lucila - 572 votos. Serão empossadas as três chapas mais votadas. As duas primeiras foram apoiadas pela Intersul e a quarta, também apoiada pelos sindicatos, perdeu pela minúscula diferença de 25 votos.

Eletropaulo

O Sindicato dos Eletricistas de São Paulo está se movimentando para tentar impedir a venda de ações e a privatização da Eletropaulo, que estão previstas pelos projetos 524 e 568, de autoria do governador Fleury. Há uma intensa pressão sobre os deputados estaduais.

Oposição venceu

A chapa Oposição Unida venceu as eleições para diretoria do Sindicato dos Urbanitários do Rio de Janeiro, conseguindo 67,8% dos votos da categoria. A proposta dos vencedores é integrar a entidade às lutas dos urbanitários à nível nacional, o que não vinha ocorrendo nos últimos anos. Esta vitória significa um fortalecimento de instâncias como o CNE.

LINHA VIVA

Nº 296
08/12/94

Estado de greve



zêdasilva.

Por decisão de assembléia os eletricitários ligados ao sistema Eletrobrás estão em estado de greve até dia 15 de dezembro. Este foi um dos encaminhamentos dados pelo Coletivo Nacional dos Eletricistas que esteve reunido durante todo dia 6 com as empresas e não obteve nenhum avanço nas negociações.

A contraproposta da Eletrobrás é praticamente a mesma do dia 29 de novembro. As empresas se propõem a pagar o IPC-r (nada demais uma vez que isto é lei) e metade do 13º de 1995, em janeiro (o que

já é nosso de qualquer jeito quando da saída de férias).

As assembléias realizadas na Eletrosul resolveram seguir os encaminhamentos do CNE:

- 1) manter estado de greve até dia 15 de dezembro;
- 2) manter assembléias em caráter permanente.

Neste espaço de tempo a Federação Nacional dos Urbanitários com a CUT, estudarão junto com os petroleiros e telefônicos as possibilidades de mobilização. Será tentada ainda uma reunião com o presidente Itamar Franco, nos próximos dias.

Fundos

De 83, ano no qual os fundos de pensão realizaram seu último Congresso, até agora, a previdência complementar progrediu enormemente, passando de 140 para 300 entidades, de 1,3 milhão para 2 milhões de participantes e de US\$ 4,4 bilhões para US\$ 40 bilhões de reservas.

Teatro

Dias 10, 11 e 12, às 21h, na Faculdade de Educação - Udesc (rua Saldanha Marinho) acontece a apresentação da peça "Três Casamentos, Dois Funerais e Outras Histórias". O grupo que apresentará o espetáculo é originário de uma oficina de teatro promovida pelo sindicato dos bancários de Fpolis. Ingressos a R\$ 1,5 (carteira do Sinergia) e R\$ 3,00.

SOS Stela

Grandes nomes da música da Ilha estarão dia 14 de dezembro fazendo a Festa da Vida, para arrecadar fundos para um transplante de medula na menina Stela Kazati (5 anos), que sofre de leucemia mielocística. Estarão na boate Ocktopus Cave as bandas Tróya, Ave de Rapina, Getback e Stongas e Congas, além de músicos como Maurício Cavaleiro, Marcos Sorriso, Túlio, Cilemo, Renato Botelho, Anita Petry, Ricardo Graça Mello, Pelé, André Meier, Odemir e Jorge Lacerda. Ingresso no local a R\$ 5,00.

Previdência

Dia 9 acontecerá uma reunião entre os sindicatos da Grande Florianópolis, com a CUT Estadual e a Associação dos Aposentados e Pensionistas. Estará em pauta a reforma da previdência social. A reunião será às 9h no auditório do Sindicato dos Bancários. A iniciativa é da Asaprev.

Auxílio Alimentação ainda não foi reajustado

A diretoria da Celesc ainda não se posicionou sobre a questão do aumento do Auxílio Alimentação que foi levantada pela Intersindical. Desde a reunião realizada na semana passada e noticiada pelo LV a Intercel tem pressionado a Celesc para tomar uma posição, mas até agora nada...

Cálculos da própria empresa mostram que hoje as refeições custam, em média, mais de 4 reais e o Auxílio está em minguaos R\$2,91. Quanto à diferença que foi descontada nos meses de agosto, setembro e outubro, já é certo que ela será devolvida em dezembro, sendo que o cálculo foi acertado para que o pagamento seja o mais correto possível.

EDITORIAL

Os alvoroços do poder

Poder. Esta palavra tem a capacidade impressionante de tirar de si as pessoas de horizontes estreitos. É capaz de embriagar, derrubar conceitos e valores, violar a ética e a boa convivência e, até, de proporcionar o esquecimento do passado recente ou remoto.

O poder tem o atributo de causar alvoroço e frenesi, empinar narizes e dar arelas altissonantes: aos mais miúdos e amesquinhaos personagens. Quando o poder se aproxima - ou alguém se aproxima dele - geralmente há barulho, a bulha ofegante dos que têm sede por um novo status, por dar ordens para quem quer que seja.

O final da eleição para o governo do estado trouxe o frenesi dos futuros poderosos (?) para os corredores da Celesc. Chegou a hora de botar a mão naquele carguinho, de retrucar um desaforo, de olhar de cima. Quanta mesquinha! Que falta de espírito público.

Esta situação, evidente para quem trabalha na Celesc, revela que há uma cultura nefasta de "apropriação" de espaços dentro a empresa. Há uma utilização deplorável dos cargos de chefia, da estrutura da empresa para interesses que vão desde as ambições pessoais até as maquinações de grupos econômicos e políticos.

APOSENTADORIA - Outra questão que está sendo acompanhada pela Intercel diz respeito às aposentadorias especiais (periculosidade, penosidade e insalubridade) que estavam recebendo tratamento equivocado por parte do INSS. Na semana passada ocorreu uma reunião entre o Superintendente do INSS em Florianópolis, Floriano Martins, a Intercel e o diretor administrativo da Celesc, Paulo César da Silveira. O INSS ficou de dar uma resposta em poucos dias, pois atualmente está acontecendo um seminário nacional, justamente para discutir este tema. Na próxima semana deve acontecer nova reunião e, talvez, um debate entre Eletrosul, Celesc, Sindicatos, INSS, DRT, Fundacentro e UFSC.

Para quem duvida, basta ler o jornal Diário Catarinense do dia dois de dezembro. Uma matéria assinada pelo jornalista Cláudio Prisco Paraíso dá conta de que o nome do futuro presidente da Celesc foi negociada com o prefeito de Criciúma Eduardo Moreira. Paulo Meller assumirá a direção da estatal para, segundo a reportagem, ganhar notoriedade e força para disputar a prefeitura daquela cidade.

Será que é assim que o futuro governo vê a Celesc? Ela não passa de um trampolim para interesses partidários? Não é suficiente o recente mau exemplo dado por Raimundo Colombo?

Há que se romper este ciclo vicioso em que uma empresa de suma importância social e econômica vira joguete de partidos e grupos. Quando o presidente da empresa é escolhido com um (anti)critério destes, é de se esperar que aqueles que se deleitam com os respingos do poder inflem o peito e olhem de lado para seus colegas.

É um ciclo de imoralidade que a sociedade e os empregados da Celesc devem repudiar, denunciar e combater. Cargo de chefia não pode ser prêmio para cabo eleitoral; direção de estatal não pode ser trampolim para políticos.

EXPEDIENTE
Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Conselho Editorial: Fábio Pedro Dal Bó, Arno Veiga Cugnier, Mauro G. Passos, Glauco C. Marques e Luiz Cézare Vieira. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scamazzon (DRT/RS 4966). Ilustrações: Zédasilva. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Impressão: Gráfica do jornal Diário Catarinense. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP: 88015-030. Fone (0482) 22-3866 Telefax: (0482) 23-5596. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

CUT X FHC

Jacques Mick
Freelance para o LV

Fernando Henrique não é Fernando Collor. A frase foi repetida, em tom de alerta, por sindicalistas, um empresário, um advogado e um deputado federal eleito, num seminário promovido recentemente pela CUT. O significado é bem claro: mudanças que o país precisa há muito no sistema de relações de trabalho serão discutidas no governo que começa em 1º de janeiro. Sindicatos de patrões e trabalhadores já preparam suas armas para este embate, que poderá desmontar a estrutura sindical erigida por Getúlio Vargas a partir de 1937.

Os dois Fernandos têm, entretanto, alguns pontos-de-vista comuns. "Desregulamentação" é a palavra-mágica do projeto de FHC, segundo o advogado Flávio Benites, assessor da CUT na área de negociação coletiva. "Para o novo governo, o desemprego estrutural, o subemprego, a fuga de capitais, a concentração de capital no setor especulativo, tudo é causado pela rigidez do mercado de trabalho e pelo excessivo custo para a criação de postos de trabalho", afirma Benites. O ponto de partida é o mesmo que gerou no governo Collor uma série de propostas mal sucedidas de reformas no setor.

Para o advogado, o novo governo deverá propor ao Congresso Nacional alterações legais situadas em torno de quatro eixos, defendidos por um dos interlocutores frequentes do presidente eleito, o professor de Economia da USP, José Celso Pastore:

1. Aprovação da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece a liberdade e a autonomia sindical, permitindo o pluralismo (isto é, a convivência de mais de uma entidade por categoria na mesma base territorial) e acabando com o imposto sindical.
2. Revogação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e de toda a legislação do trabalho, sem substituí-las.
3. Criação do Contrato Coletivo Nacional de

Trabalho por empresa, com livre-negociação através de organismos não sindicais por empresa.

4. O Contrato Coletivo contaria todas as normas trabalhistas; nenhum direito seria estabelecido pela lei. A Justiça perderia seu poder normativo (isto é, de determinar o que é certo e errado nas negociações coletivas). O Estado estabelecerá, através de leis, as regras do jogo para a livre-negociação.

Além disso, o governo poderá promover uma drástica redução dos direitos individuais, acabar com as políticas salariais e fixar como norma uma remuneração variável, condicionada aos lucros da empresa.

"Para alterar a legislação desta forma, seria preciso modificar os artigos 7 e 8 da Constituição e a lei ordinária", explica Benites. "Portanto, não é dado que o novo governo poderá realizar estas mudanças num curto espaço de tempo". Para o advogado da CUT, a proposta de Pastore pode ser "uma tentativa de esticar a corda", para que o governo possa depois ceder nas negociações com o movimento sindical.

A aprovação destas mudanças constituiria, na opinião do deputado federal eleito Miguel Rossetto (PT/RS), a "legalização da barbárie" que caracteriza o atual sistema de relações de trabalho. Para ele, o conjunto de propostas se sustenta na premissa equivocada de que o custo da mão de obra no Brasil é excessivamente alto. "É preciso perguntar: Alto em relação a quê e comparado a que outros custos? Os encargos sociais estão na ordem de 38% do salário, embora o governo e os empresários anunciem 100%. O custo médio da mão de obra por hora no Brasil é menor que o dos Tigres Asiáticos: 2,29 dólares, contra 4 dólares da Coreia". O presidente do Sindicato da Indústria de

O que FHC propõe	O que a CUT defende
Desregulamentação das relações de trabalho	Sistema democrático de relações trabalhistas
Revogar a CLT e o restante da legislação trabalhista, remetendo a manutenção dos direitos à livre-negociação	Revogar a CLT e substituí-la por uma legislação de suporte, em que estejam contidos os direitos coletivos e individuais fundamentais
Contrato coletivo nacional de trabalho por empresa, contendo todas as regulamentações trabalhistas, que não estarão mais contidas em lei	Contrato coletivo nacional de trabalho, para todas as empresas, preservando as conquistas já obtidas pelos sindicatos e respeitando as realidades regionais
Organização não sindical por empresa	Organização por local de trabalho, vinculada aos sindicatos
Ratificação da Convenção 87 da OIT, com o estabelecimento da liberdade e autonomia sindical	Ratificação da Convenção 87 da OIT, com o estabelecimento da liberdade e autonomia sindical

Fonte: Rávio Benites, assessor da CUT Nacional

Material Plástico de Santa Catarina, Ronald Caputo, dono das indústrias Tigre, reforça o coro dos que exigem a desregulamentação. "Nos idos dos anos 50, meu professor de Direito dizia que nós tínhamos uma legislação avançada. Hoje, ela significa frustração e inibição de atividade para nós, empregadores". Caputo defende a criação de um contrato coletivo não por empresa, mas por cidade e quer o Estado como mediador dos conflitos entre patrões e empregados. "A possibilidade do conflito existe sempre, mas a gente tem que ter um sistema para impedi-lo".

Rossetto, ex-dirigente nacional da CUT, acredita que FHC precisará negociar com a sociedade para implantar seu programa de governo e vê espaços para a resistência dos trabalhadores. "A CUT tem uma credibilidade crescente, que assegura a possibilidade de exercer um papel decisivo na articulação de um leque de alianças capaz de criar um pólo político alternativo para barrar a perversidade dessas propostas". O enfrentamento com o governo e o empresariado irá exigir empenho extra dos sindicalistas. A redução dos direitos trabalhistas, já implantada no México e Argentina, foi acompanhada de absoluta restrição à ação sindical, lembra o deputado eleito. O ataque ao movimento sindical será tanto maior quanto mais parecido for o novo governo com o do outro Fernando.

Central quer rever sistema de relações de trabalho

A CUT defende desde sua criação, em 1983, a reforma do sistema de relações de trabalho criado no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), mas ainda não definiu como seus mais de dois mil sindicatos filiados irão sobreviver em tempos de liberdade e autonomia.

Maior central trabalhista da América Latina, a CUT vê na unicidade (isto é, o limite para que haja apenas um sindicato por categoria por base territorial) um entrave para a democratização do movimento sindical. Mas reconhece que, com o pluralismo, muitos sindicatos dificilmente sobreviveriam.

O advogado Flávio Benites apresentou no seminário "Perspectivas do Sindicalismo no Governo FHC" seis conjuntos de perguntas que deixaram atordoados os 200 sindicalistas dos estados do Sul que ocupavam nas cadeiras do auditório do Centro Tecnológico em Automação e Informática. As questões que para Benites são decisivas no processo de transição para um novo sistema de relações de trabalho são as seguintes:

1. Adotando o princípio de liberdade e autonomia sindical, qual seria o impacto do fim do imposto sindical e da unicidade sindical sobre as categorias e as bases?

2. Quais as condições políticas dos sindicatos para detonar um processo de fusão de pequenas entidades e reenquadramento por ramo de atividade econômica preponderante?

3. Encerrando o imposto sindical, quais as contribuições que sustentarão o sindicalismo cutista? Com o desconto assistencial, que inclui os não-sócios? E os outros sindicatos que poderão disputar a mesma base sindical?

4. Qual será o alcance dos acordos coletivos, em caso de pluralidade sindical? E o que ocorrerá quando apenas um sindicato assinar o acordo?

5. Qual a proposta da CUT para transformar a Justiça do Trabalho?

6. Qual o caráter da organização por local de trabalho? Deve ter caráter sindical, prevista no esta-

tuto dos sindicatos, ou será definida num acordo coletivo? Ou será definida em lei? E, nos locais em que o sindicato não tem acesso aos trabalhadores, quem hegemonizará as OLTs?

A resposta a estas perguntas não é tarefa exclusiva dos sindicalistas, alerta o coordenador da Escola Sul da CUT, Jorge Lorenzetti, mas deve ser responsabilidade do conjunto dos trabalhadores. Lorenzetti, ex-diretor nacional da CUT, identifica dois movimentos fundamentais para que os sindicatos sobrevivam ao futuro. Um é o de concentração: acredita que a pluralidade sindical irá levar à organização de sindicatos ligados à estrutura permanente das centrais (hoje, os sindicatos apenas filiam-se) e prevê a fusão de sindicatos de bases territoriais e ramos de produção próximos. O outro movimento deve levar as entidades para mais perto dos locais de trabalho, para dar respostas imediatas ao rápido processo de reestruturação da produção. "Se a gente não entender isso, o sindicato daqui a três ou quatro anos vai estar muito pequeno", alerta Lorenzetti.

TRIBUNA
Livre

Médico?...

Romero Souza
Diretor do Sintresc

Como se não bastasse as intervenções negativas do Dr. Américo Farias no Programa de Prevenção e Tratamento de Alcoolismo e Outras Drogas, das Agências de Tubarão e Criciúma, ele tem um entendimento retrógrado e desatualizado sobre o assunto (chegando ao absurdo de alegar que drogas não causam dependência física).

Recomenda o "dr. Américo" que seja feito apenas acompanhamento no sentido de alertar para o desvio na conduta profissional do empregado decorrente do uso abusivo de drogas. Ele já chegou ao ponto de inviabilizar a internação de funcionário alcoolista cujo exame psiquiátrico atestava a necessidade da internação.

Agora o referido médico se veste de toda prepotência possível e indefere atestados em que médicos ortopedistas recomendam fisioterapia e repouso para funcionário que sofre de osteoartrite degenerativa na coluna.

Mediante a intervenção do Sindicato, o administrador da área, buscando evitar o vexame de ver tal assunto ser abordado a nível de diretoria, deferiu o mesmo, "by passando" a orientação do "iluminado médico do trabalho".

Diante de tais absurdos os Celesquianos do sul se perguntam em qual área o "dr. Américo" irá ingerir? E até quando serão vítimas desse desatualizado e prepotente médico, que muitas vezes nos dá a impressão de ser o "dono" da Empresa, com poderes superiores ao do próprio Administrador Regional?



Programação de Cinema

Esta é a programação dos cinemas do Centro Integrado de Cultura (CIC) e do ART 7 (Auditório da Prefeitura). Nas duas salas, os eletricitários têm direito a meia entrada com a apresentação da carteira do Sinergia, conforme convênios.

CIC

Dias 8 e 9

21 horas - *No Smoking*

Sábado

e domingo

18h 30min - *O Rei Leão*

21 horas - *No Smoking*

De 13 a 16

21 horas - *No Smoking*

ART 7

Não informou a programação

Ministro Fernando Gonçalves:

Acabar com a corrupção é uma decisão política

Nesta quinta-feira estará em Florianópolis o ministro do Tribunal de Contas da União, Fernando Gonçalves, para participar da criação do Instituto Catarinense de Defesa da Cidadania e Combate à Corrupção - INCCOR. O ministro é um dos maiores defensores no Brasil do controle civil das ações públicas.

Advogado, professor e com uma carreira parlamentar iniciada em 1955, no Rio Grande do Sul, Gonçalves já foi presidente do TCU e condecorado inúmeras vezes por sua atuação contra a corrupção. Em 1991 e 1992 foi agraciado com o prêmio "Zelo da Coisa Pública" conferido pela Unitec (União Nacional de Analistas de Finanças e Controle Externo do TCU), que se destina a reconhecer, anualmente, o mérito do cidadão brasileiro que mais tenha se destacado pela idoneidade moral, probidade, combate à corrupção.

O Ministro do Tribunal de Contas da União, Fernando Gonçalves, acredita que os instrumentos legais e constitucionais para que o tribunal possa desenvolver sua missão satisfatoriamente já existem, mas "tenho a impressão de que o que precisamos é de decisão política". Ele sente falta de ação: "a ação é mais importante do que o formalismo do papel. Chega de papel. Temos que agir".

Na época em que presidiu o TCU, Fernando Gonçalves, instalou o "Tele-União", logo apelidado de "Disque Corrupção", que funcionou normalmente até a saída do ministro da presidência. "Tirei umas férias e desativaram a linha. Hoje toda instituição tem serviço deste tipo e no TCU o telefone foi cortado. Brigo muito pelo seu retorno..."



Gonçalves tem viajado muito pela América Latina à convite de entidades semelhantes ao Inccor. Venezuela, Equador, Argentina, agora Montevideu são alguns destes países. Em todos eles as entidades têm caráter não governamental. Esta é uma condição básica, entende o ministro pois "com isto mantém sua independência, sem ficarem adstritas ou subordinadas a ninguém".

Para o Ministro do TCU uma das importantes tarefas de instituições como o Inccor é "criar a cultura da

ética, instrumentalizando a sociedade, desenvolvendo matérias curriculares para o 1º e 2º grau, campanhas, folhetos e materiais educativos".

A cerimônia de fundação do Inccor acontece nesta quinta-feira, 8 de dezembro, no auditório da Reitoria da UFSC. A palestra do ministro Fernando Gonçalves inicia às 19 horas, seguindo o tema "Os Direitos de Cidadania e o Combate à Corrupção". Entre os debatedores convidados estarão os professores Paulo Henrique Blasi e Erni Seibel.